

Império & Imperialismo

Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri



O imperialismo de hoxe non é o mesmo do de hai trinta anos. Mudou, mais non se tornou no contrario do que era, como nos propón a mistificación neoliberal, dando lugar a unha economía “global” onde todos somos “interdependentes”. Continua existindo e oprimindo pobos e nacións, e sementando por onde pasa dor, destrución e morte. As súas mutacións, a súa volátil e perigosa mestura de persistencia e innovación requiren a construción dunha nova abordaxe que nos permita captar a súa natureza actual. A este propósito dedicou Atilio Boron o seu libro cuxo título é o mesmo que o do presente artigo, facendo unha contundente crítica á obra de Hardt e Negri. Pretende demostrar que, así como as murallas de Xericó non cairon polo son das trompetas de Xosué e dos sacerdotes, a realidade do imperialismo tampouco se desvanece ante as fantasías dos filósofos.



Atilio Borón, autor deste texto, con Fidel Castro, símbolo da resistencia contra o imperialismo no mundo. Atilio vén de publicar “Crisis civilizatoria y agonía del capitalismo” un libro de conversas co líder da revolución cubana

O IMPÉRIO ÉTICO, OU A MISTIFICAÇÃO PÓS-MODERNA DO IMPÉRIO “REALMENTE EXISTENTE”. A esta altura do percurso Michael Hardt e Antonio Negri (H&N) transpassaram, claramente, um ponto sem volta, e sua análise do “império realmente existente” cedeu lugar a uma construção entre poética e metafísica que, por um lado, mantém uma leve semelhança com a realidade, e por outro, e exatamente devido a essas características, oferece pouca ajuda às forças sociais interessadas em transformar as estruturas nacionais e internacionais do capitalismo mundial. O diagnóstico geral é equivocado, devido aos fatais problemas de análise e interpretação que infestam o esquema teórico de nossos autores, ao que se agrega uma série de observações pontuais e comentários extremamente infelizes que um leitor paciente poderia coleccionar sem grande esforço, e que, caso tratasse de refutá-los um a um, o obrigaria a escrever uma obra de extraordinária magnitude. Como não é esta a nossa intenção, prosseguiremos com nossa análise centrada nas debilidades do esquema teórico interpretativo geral.

Para começar, que nos seja permitido reafirmar um ponto de partida muito elementar mas extremamente importante: é impossível fazer boa filosofia política e social sem uma sólida análise económica. Tal como já demostramos, foi este exatamente o caminho escolhido pelo jovem Marx como filósofo político, uma vez que

compreendeu precocemente os limites de uma reflexao social e política que nao estivesse firmemente ancorada em um rigoroso conhecimento da sociedade civil (Boron, 2000[a]). A ciencia que desvelava a anatomia da sociedade civil e os segredos mais íntimos da nova organização económica criada pelo capitalismo era a economia política. Esta foi a razão de o fundador do materialismo histórico ter dedicado suas energias a nova disciplina, nao para passar de uma para a outra, mas para firmar suas reflexões e sua crítica na ordem social existente, e sua antecipação da futura sociedade na rocha viva de uma profunda análise económica. Esta ancoragem na boa economia política, excelente caminho para chegar a um conhecimento profundo da sociedade capitalista, é precisamente o que está faltando em *Império*. De fato, o livro tem pouco, muito pouco, de economia, e o que tem é, na grande maioria dos casos, a versão convencional da análise económica que se ensina nas escolas de administração de empresas ou o que propalam os grandes publicistas da globalização neoliberal, combinado com alguns fragmentos isolados de economia política marxista. Em resumo: má economia para analisar um tema como o do sistema imperialista, que requer, inapelavelmente, um tratamento bastante rigoroso do assunto, apelando para o melhor que a economia política pode oferecer.

Nos encontramos, em consequência, diante de um livro que tenta ana-

ATILIO A. BORON

Profesor titular de Teoría Política e Social do Curso de Ciencia Política da Faculdade de Ciencias Sociais da Universidade de Bos Aires (UBA)



Atilio Borón é Professor Regular Titular de Teoría Política e Social, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires desde 1986. Investigador Principal do CONICET. Secretario Executivo do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais / CLACSO

lisar a ordem internacional supostamente um império, e no qual apenas vez por outra o leitor tropeçará em instituições tais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e outras agências da atual ordem mundial, chame-se império ou Imperialismo. A palavra “neoliberalismo” por exemplo, que refere-se nada menos que a ideologia e à fórmula político-econômica predominante durante o último quarto de século, quando a atual ordem econômica foi reconstruída dos pés a cabeça, quase não aparece ao longo do livro. O mesmo acontece com o Acordo Multilateral de Investimentos (MIA) e o Consenso de Washington. A impressão que o leitor vai formando à medida que avança na leitura do livro é a de estar diante de dois acadêmicos muito bem intencionados mas completamente distantes do barro e o sangue que constituem a vida cotidiana das sociedades capitalistas, principalmente na periferia, e que se lançaram a navegar pelos mares do império unidos de mapas muito defeituosos e contando com instrumentos muito pobres de navegação. Assim, como Quixotes desorientados, tomam as aparências por realidades. Por isso, quando descrevem a pirâmide da constituição global do império, nossos autores afirmam que:

“(N)o cume estreito da pirâmide está a única superpotência, os Estados Unidos, que detêm a hegemonia sobre o uso global da força –uma superpotência que pode agir sozinha mas que prefere fazê-lo em colaboração com outros, debaixo do guarda-chuva das Nações Unidas” (pp. 330-331).

Torna-se muito difícil compreender um comentário tão ingênuo e inocente quanto este, no qual a sofisticação que se espera de uma análise científica está completamente ausente. Para começar, é inadmissível a redução do conceito de hegemonia ao uso da força. A hegemonia é muito mais do que isso. Referindo-se aos temas do império e do imperialismo, Robert Cox escreveu certa vez que a

hegemonia poderia ser representada como “um ajuste entre o poder material, a ideologia e as instituições” (Cox, 1986: p. 225). Reduzir a questão da hegemonia somente aos seus aspectos militares, de cuja importância não se duvida, é um grande erro. A hegemonia norte-americana é muito mais complexa que isso. Por outro lado, nos dizem que os Estados Unidos “preferem” –certamente por causa de sua boa vontade, sua reconhecida generosidade em âmbito internacional e sua intensa adesão aos princípios da tradição judaico-cristã– agir em colaboração com outros. Não podemos deixar de perguntar se as vinte e tantas páginas que em *Império* são destinadas a refletir sobre os pensamentos de Machiavelli foram escritas pelos mesmos autores que logo depois sugerem uma interpretação da conduta internacional dos Estados Unidos tão antitética aos ensinamentos do teórico florentino como a que estamos citando. A “preferência” dos Estados Unidos (claro que estamos falando de um governo norte-americano e de suas classes dominantes, não da nação ou do povo desse país) pela ação colaborativa é apenas uma manta debaixo da qual as políticas imperialistas são adequadamente disfarçadas para serem vendidas aos espíritos inocentes. Mediante esta operação, cuja eficácia fica demonstrada uma vez mais no livro de que estamos tratando, as políticas de expansão e dominação imperial aparecem como se fossem verdadeiros sacrifícios em nome do bem comum da humanidade. É razoável supor que os mais altos funcionários do governo dos Estados Unidos e seus numerosos ideólogos e publicistas possam dizer algo como isso, que nem sequer os mais obsequiosos e servis aliados de Washington levariam a sério. O que não é nada razoável é que dois críticos radicais do sistema criem essas patranhas.

Não é a primeira vez que este grave erro aparece no livro. Já em um capítulo anterior haviam escrito:

“Nos anos finais e na esteira da guerra fria, a responsabilidade de exercer um poder de polícia internacional “recaiu” diretamente sobre os ombros dos americanos. A Guerra do Golfo (...) foi uma operação de repressão de pequeno interesse quanto a objetivos, interesses regionais e ideologias políticas envolvidas...A importância da Guerra do Golfo deriva do fato de que ela mostrou os Estados Unidos como o único poder capaz de administrar justiça internacional, não como função de seus próprios motivos nacionais, mas em nome do direito global” (p. 198).

Em conclusão, e contrariamente ao que indicam ancestrais preconceitos alimentados pela incessante pregação anti-norte-americana de uma esquerda extraviada, o que aprendemos agora, ao ler *Império*, é que o pobre Tio Sam teve que assumir, apesar de sua relutância e contra a sua vontade, as responsabilidades de exercer um papel de polícia mundial depois de décadas de infrutíferas gestões para tentar ser eximido de tão penosa obrigação. O poder, por isso mesmo, “recaiu” em suas mãos enquanto toda a diplomacia do Departamento de Estado estava ocupada com a reconstrução sobre bases genuinamente democráticas, do sistema das Nações Unidas, e os mais altos funcionários de Washington percorriam o mundo inteiro procurando relançar um novo turno de negociações Norte/Sul visando reduzir as irritantes desigualdades na distribuição internacional da riqueza e para fortalecer os débeis governos da periferia, ensinando-lhes como resistir as cobranças a que são submetidos pelas gigantescas corporações transnacionais. Nossos dois acadêmicos radicais, perdidos na obscuridade da confusão teórica, encontram-se com alguém que lhes dá uma mão e que, quando saem a luz do dia, descobrem que não é outro senão Thomas Friedman, o editoralista ultraconservador do *New York Times* e porta-voz das opiniões do *establishment* norte-americano. Segun-



do Friedman, a intervenção dos Estados Unidos em Kosovo foi legítima -como, por outras razões, também havia ocorrido no Golfo- porque pôs fim a limpeza étnica que estava sendo praticada nessa região e, portanto, foi “feita em nome do direito global”, para usar uma expressão que H&N apreciam. O certo é que, como Noam Chomsky demonstrou, a limpeza étnica do sinistro regime de Milosevic não foi a causa, mas a consequência

Casos como o de Aminatu Haidar de cando en vez poñen na primeira páxina a existencia do imperialismo. O nacionalismo, como resposta, está atento a este tipo de situacións para manifestar a súa solidariedade porque a pesares do que se quer facer ver, o nacionalismo non é egoísta e pechado senón profundamente internacionalista e democrática na medida en que defende o dereito dos pobos a gobernarse por si mesmos



A Alternativa Bolivariana para os Pobos da nosa América (ALBA) é un dos proxectos de construción dun modelo alternativo ao imperialista que domina as relacións mundiais neste momento

dos bombardeos norte-americanos (Chomsky, 2001: p. 81).

Mas retornemos a Guerra do Golfo, deploravelmente caracterizada por nossos autores como urna "operação repressora de escasso interesse" e pouca importancia. Antes de mais nada, convém recordar que tal operação nao foi precisamente uma guerra, mas, como afirma Chomsky, uma matança: "o termo 'guerra' dificilmente se aplica a uma confrontação na qual uma parte massacra a outra de uma distancia inalcançável, enquanto a sociedade civil é destruída" (Chomsky, 1994: p. 8). Porém nossos autores não estão preocupados com este tipo de análise: sua visão do advento do império, com sua pletora de possibilidades liberadoras e emancipadoras, faz com que seus olhos olhem bem para o alto e não possam, por isso mesmo, perceber os horrores e as misérias que, na lama da história, as atuais políticas do imperialismo produzem. Se os teólogos cristãos da Idade Média tinham seus olhos completamente voltados para a contemplação de Deus e, por essa razão, não podiam dar-se conta do inferno que os rodeava, nossos autores estão de tal forma entusiasmados pela contemplação das luminosas perspectivas que se abrem com o advento do império que a carnificina que inaugura esta nova época histórica não os impele a escrever sequer uma linha de lamento ou de compaixão. Mestres na arte da "desconstrução", demonstraram ser completamente

Incapazes de aplicar esse recurso na análise da guerra, que foi na realidade um massacre. Fracassaram também em reconhecer, evitemos dizer denunciar, o enorme número de vítimas civis, que apenas entre as crianças chega a um número superior a 150 mil como resultado dos bombardeos, das "vítimas colaterais" e do criminoso embargo que se seguiu a guerra. Também não dizem nada sobre o fato de que, a pesar de sua derrota, Saddam permaneceu no poder, mas contando com a anuencia da polícia do mundo para reprimir, a sua vontade, os levantes populares dos curdos e da minoria xiíta (Chomsky, *ibid.*: p. 8).

Por último, quão realista pode ser uma análise que considera que a Guerra do Golfo, encenada, não por acaso, na zona ande se encontram as mais importantes reservas mundiais de petróleo, foi um assunto de importancia marginal para os Estados Unidos?. Devemos pensar, então, que Washington lançou suas operações militares movido pela imperiosa necessidade de garantir o predomínio do "direito global", e não com o objetivo de reafirmar sua indisputável primazia em uma região estratégica do globo? A decisão do Presidente Bush de arrasar o Afeganistão, tratando em vão de encontrar o paradeiro de um de seus antigos lugar-tenentes, Osama Bin Laden, terá sido, então, motivada pela necessidade de atender a essa demanda de justiça universal? Como qualificar tamanho desatino?.

Esta visão angelical do funcionamento concreto do império, e de alguns acontecimentos desagradáveis como a Guerra do Golfo, acompanha outras definições extremamente polémicas feitas por nossos autores. Por exemplo, que "a força policialesca mundial dos Estados Unidos opera, não com um interesse imperialista, mas com um interesse imperial" A fundamentação desta afirmação é bem simples, e remete a outras passagens do livro: como o imperialismo

desapareceu, engolido pelo redemoinho que destruiu os velhos estados nacionais, uma intervenção da potencia hegemónica só tem sentido como urna contribuição a estabilidade do império. O saque característico da era do imperialismo foi substituído pelo direito global e pela justiça internacional.

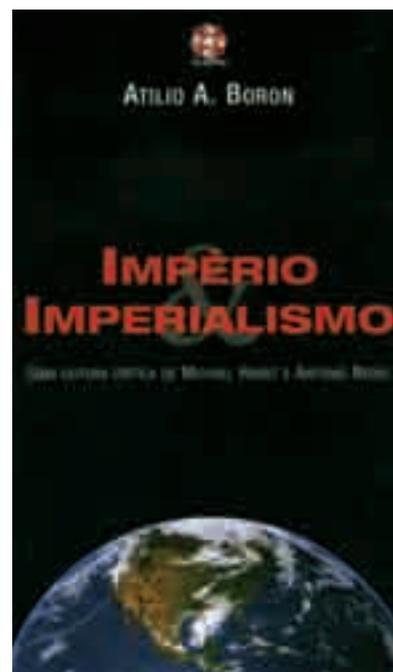
Outra questão colocada por H&N reflete ainda com maior clareza os graves problemas que afetam sua visão do sistema internacional realmente existente, e que a seus olhos se converte em uma espécie de império ético. Assim, referindo-se a ascensão que os Estados Unidos adquiriram no mundo da pós-guerra, nossos autores afirmam que:

“...foram convocados a desempenhar o papel de garantir e dar eficácia jurídica a esse processo complexo da formação de um novo direito supranacional. Assim como no primeiro século da era crista os senadores romanos pediram a Augusto que assumisse poderes imperiais (...) hoje as organizações internacionais (a ONU, as organizações monetárias internacionais e até as organizações humanitárias) pediram aos Estados Unidos que assumissem o papel central numa nova ordem mundial” (pp. 199-200).

São gravíssimos os equívocos contidos nessa passagem da obra de H&N. Em primeiro lugar, são estabelecidas como análogas duas situações inteiramente diferentes: a do império romano no século I e a atual, quando alguma coisa mudou no mundo -embora não tanto quanto gostaríamos- e a antiga ordem que prevalecia em torno da bacia do Mediterraneo, e baseada na escravidão, não parece ter muitas afinidades com o sistema imperialista atual, que hoje cobre todo o planeta e que abrange a populações formalmente livres. Mas, em segundo lugar, está o fato de que uma coisa são os senadores romanos exigindo a Augusto que assuma poderes imperiais, e outra bem diferente teria sido os submetidos ao domínio romano solicitando tal coisa. Certa-



mente há uma considerável maioria dos senadores norte-americanos que reiteram a Casa Branca a necessidade de atuar como eixo articulador e organizador do império, em benefício das empresas e dos interesses nacionais dos Estados Unidos, como veremos nos próximos capítulos. Outra coisa muito diferente é que os povos, nações e Estados submetidos a seu domínio tenham exigido isso. Neste ponto, a análise de H&N se confunde com o pensamento do *establishment* norte-americano, pois remete a supostas demandas levadas a Washington pelas Nações Unidas (quando a Assembléia Geral reclamou tal coisa? Pois este não é um assunto que possa ser decidido por um órgão tao pouco representativo e antidemocrático como o Conselho de Segurança), e menos ainda pelas “organizações monetárias internacionais” (estarão se referindo ao FMI, ao Banco Mundial, à OMC, ao BID como representantes dos direitos dos povos? De que estão falando?). Em todo caso, e mesmo se tivessem reclamado, sabemos muito bem que tais instituições são, de fato, “membros informais” do governo norteamericano e carecem completamente de legitimidade universal para tomar uma iniciativa como a mencionada. E o que dizer das organizações humanitárias? Até onde se saiba, nem a Amnesty, nem a Cruz Vermelha, nem o Greenpeace, nem o Serviço de Paz e Justiça, ou qualquer outro que se conheça, jamais a formularam no livro de nossos autores.



Portada do livro do que reproduzimos este trecho e Toni Negri, autor co que debate neste texto



Diversos cartéis que dan conta do activismo intelectual de Atilio Borón. Foto de árabes no Museo Británico, cousas do imperialismo, para coñecer a súa cultura e patrimonio teñen que desprazarse a Londres

Talvez H&N estejam pensando no ativo protagonismo que os Estados Unidos tem tido na promoção de um novo marco jurídico supranacional, o qual, por razões que se compreenderão a seguir, foi conduzido no maior segredo pelos governos envolvidos nesse projeto. De fato, há vários anos que Washington vem trabalhando muito sistematicamente e tem como uma das prioridades de sua agenda de política exterior o estabelecimento do Acordo Multilateral de Investimentos (MIA). Para avançar nessa proposta, a Casa Branca contou com a sempre incondicional colaboração de seu principal Estado cliente, o Reino Unido, e da esmagadora maioria dos governos agrupados na OECD. Entre as regras que os Estados Unidos trataram de impor, certamente inspirados no mesmo tipo de literatura na qual se abeberaram nossos autores, para consolidar a justiça e o direito universal há duas contribuições a ciência do direito que são típicas dessa época: por um lado, uma inovação doutrinária graças à qual, pela primeira vez na história, empresas e Estados se convertem em pessoas jurídicas que gozam exatamente do mesmo *status* legal. Os Estados deixam de ser representantes da soberania popular e da nação para transformar-se em simples agentes econômicos sem nenhum tipo de prerrogativas nas cortes. Não é preciso ser um grande estudioso de direito para poder qualificar esta “conquista jurídica”, buscada com afa por Washington, como

um fenomenal retrocesso que violenta os avanços do direito moderno nos últimos trezentos anos. Segunda contribuição: levando em conta a extraordinária preocupação do governo dos Estados Unidos pelo direito universal, o MIA propoe a abolição do princípio de reciprocidade entre as duas partes que firmam um contrato. Se o MIA tivesse sido aprovado, o que até agora não foi possível graças à tenaz oposição das organizações humanitárias e de diversos tipos de movimentos sociais, uma das duas partes de um contrato teria direitos, e a outra, só obrigações. Levando em conta as características do império “realmente existente”, não é muito difícil averiguar quem teria o que: as empresas teriam o direito de levar os Estados ante as cortes de justiça, mas os Estados ficariam inabilitados para fazer o mesmo com os investidores que não cumprissem com suas obrigações. Claro que, dada a conhecida preocupação do governo norte-americano em garantir a democracia universal: se admite que um Estado possa iniciar um processo contra outro Estado, com o que se nivela um pouco a causa. Assim, se os governos da Guatemala ou do Equador tivessem um problema com a United Fruit ou Chiquita Banana, não poderiam iniciar um processo contra estas empresas, mas teriam as mãos livres e todas as garantias do mundo para fazê-lo contra o governo dos Estados Unidos, dado que, apesar do que pensam H&N, essas empresas são norte-americanas e

estão registradas naquele país. Agora se compreende as razões pelas quais as negociações que culminaram na redação do rascunho do MIA foram conduzidas no mais absoluto segredo e a margem de qualquer tipo de controle democrático e popular (Boron, 2001[a]: pp. 31-62; Chomsky, 2000[a]: pp. 259-260; Lander, 1998).

Diante de tamanha distorção das realidades do império, não surpreende que nossos autores concuam que

“Em todos os conflitos regionais do fim do século XX, do Haiti ao Golfo Pérsico, da Somália a Bósnia, os Estados Unidos são chamados a intervir militarmente - e esses chamados são reais e substanciais, não apenas de golpes publicitários para sufocar dissidência pública nos EUA. Mesmo com relutância, as Forças Armadas dos EUA teriam de atender ao chamado em nome da paz e da ordem” (p. 200). Sem comentários.

O IMPÉRIO TAL COMO É, RETRATADO POR SEUS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS. Tal como parece estar suficientemente provado, a análise de H&N sobre a ordem mundial de nosso tempo é irremediavelmente errônea, baseada em uma leitura seriamente distorcida das transformações em curso nas formações estatais e nos mercados mundiais do capitalismo contemporâneo. Isto não impede que ocasionalmente, aqui e acolá, o leitor possa encontrar algumas reflexões e observações muito penetrantes em relação a temas extremamente pontuais, mas o quadro geral que brota de suas análises é teoricamente equivocado e politicamente não conducente.

Um bom exercício que poderia ajudar H&N a descerem das nebulosas estruturalistas nas que parecem haver abrigado seu raciocínio - “o império como um regime específico de relações globais” (p.64), “uma nova forma global de soberania” (p. 13)- seria a leitura da obra de alguns dos principais intelectuais orgânicos do império. Leo Panitch chamou a aten-



ção para um significativo paradoxo: enquanto o termo “imperialismo” caiu em desuso, as realidades do imperialismo estão mais intensas e impressionantes do que nunca. Este paradoxo é ainda mais acentuado na América Latina, onde não só o termo “imperialismo” mas também a palavra “dependência” foram expulsos da linguagem acadêmica e do discurso público, precisamente quando a sujeição de nossos países às forças econômicas transnacionais alcançou níveis sem precedentes em nossa história. São muitas as razões para isto ter ocorrido, entre as quais sobressaem a derrota ideológica e política da esquerda e suas consequências: a adoção da linguagem e da agenda intelectual de seus vencedores e a debilidade para resistir à sua chantagem, especialmente entre aqueles obcecados por preservar suas carreiras e ganhar o “reconhecimento público”, que administram as grandes fábricas doutrinárias das classes dominantes. Este fenômeno não se verificou somente em nossa região, mas também na Europa e nos Estados Unidos; na primeira, principalmente naqueles países onde a força dos partidos comunistas era muito grande e a presença de uma cultura política de esquerda muito vigorosa, como na Itália, França e Espanha. É por isso que Panitch sugere que, se a esquerda quer se defrontar com a realidade, talvez “devesse olhar para a Direita para obter uma clara visão de para onde ir” (Panitch, 2000; pp. 18-20). Por que? Porque enquanto muitos na esquerda



Cartel anunciando actos sobre Gramsci nas ruas de Oxford. Este pensador europeu que tratou de elaborar uma teoria que se adequara às sociedades complexas ocidentais está a ser de grande utilidade na produção intelectual actual em latinoamérica para aplicar aos seus procesos revolucionarios em curso.

A Coca Cola, o rosto amável do imperialismo, xunto com outros disfarces deste precisa de esforço teórico para desenmascarar



Negri foi membro inicialmente do grupo radical *Potere Operaio* (Poder Obreiro) e, posteriormente, do grupo *Autonomia*, escrevendo conjuntamente com muitos outros trabalhadores e estudantes, vinculados ao movimento autonomista, durante os anos 60 e 70 como son Raniero Panzieri, Mario Tronti, Sergio Bologna, Romano Alquati, Félix Guattari, Mariarosa Dalla Costa e François Berardi. Tempo depois escreveu para *Futur Antérieur* con xente como Paolo Virno. É coñecido, porén, principalmente por ser o coautor, xunto con Michael Hardt de “Imperio”

evidenciam unha inclinación doentia para esquecer-se da existencia da luta de clases e do imperialismo (temerosos de serem acusados polo prevalecente consenso neoliberal e pós-moderno como extravagantes e ridículos dinossauros fugidos do Parque Jurásico do socialismo), os mandarins do império, preocupados en asesorar con seus coñecimentos as clases dominantes que enfrentan diariamente os antagonismos classistas e as lutas emancipadoras, non tem tempo a perder con fantasias nem con poesias. As necesidades prácticas da administración imperial non lhes permiten dar-se ao luxo de distrair-se con elucubraciones metafísicas. Esta é una das razóns pelas quais Zbigniew Brzezinski é tao claro en seu diagnóstico e, en vez de falar de un império fantasmagórico, como delineado por H&N, vai directamente ao punto e celebra sem dissimulación a, en sua opinión, irresistible ascensão dos Estados Unidos a condición de “única superpotencia global”. Preocupado en garantir a estabilidade a longo prazo da fase imperialista aberta pola queda da URSS, Brzezinski identifica os tres grandes principios orientadores da estratègia geopolítica norteamericana: primeiro, impedir a alianza entre e preservar a dependencia de- os vassallos mais poderosos en cuestión de seguración (Europa Occidental e Japao); segundo, manter a submisión e obediencia das nacións tributárias, como as da América Latina e do Terceiro Mundo en xeral; e terceiro, prevenir

a unificación, o transbordamento e un eventual ataque dos “bárbaros”, denominación esta que abarca desde a China até a Rússia, pasando pelas nacións islámicas da Ásia Central e do Oriente Médio (Brzezinski, 1998: p. 40). Mais claro, imposible.

As observacións do ex-Diretor do Consello de Seguración Nacional dos Estados Unidos ofrecen una visión clara e sem rodeios, distanciada da nebulosa retórica empregada por H&N e precisamente por isso extremamente instrutiva, do que esses autores denominan império e Panitch designa como “novo imperialismo”. Bem antes de Brzezinski ter expresado esas idéias, Susan Strange, que non é exactamente una académica marxista, escribiu en 1989 un artigo que, se tivesse sido lido por nosos autores, lhes tería poupado moito tempo e evitado que cometessem algúns erros moito graves. Dizia Strange que:

“O que está emergindo, portanto, é un império non-territorial con sua capital imperial en Washington, D.C. Se as capitais imperiais, costumavam atrair cortesãos das provincias exteriores, Washington, por sua vez, atrai a “lobbies” e agentes das empresas internacionais, representantes de grupos minoritários dispersos polo império e grupos de presión organizados en una escala global. (...) Como en Roma, a cidadanía non está limitada a una raza superior e o império contén una mistura de cidadaos con plenos dereitos legais e políticos, semicidadaos e non-cidadaos, tal como a poptación escrava de Roma. (...) Os semicidadaos do império são moitos, e moito dispersos. (...) Eles inclúen moitas persoas empregadas por grandes firmas transnacionais que atuam na estrutura transnacional de produción, que atende, como todos eles saben moito bem, ao mercado global. Isto inclúe as persoas empregadas nos bancos transnacionais e, moito frecuentemente, os membros das forzas armadas “nacionais,” especialmente aquelas que são treinadas, armadas



Se as capitais imperiais, costumavam atrair cortesãos das províncias exteriores, Washington, por sua vez, atrai a “lobbies” e agentes das empresas internacionais e grupos de pressão organizados em uma escala global

por, e dependentes das forças armadas dos Estados Unidos. Também inclui muitos acadêmicos de medicina, ciências naturais e ciências sociais, como administração e economia, que olham para as associações profissionais e para as universidades dos Estados Unidos como os pares diante de cujos olhos eles desejam brilhar e sobresair. Também inclui as pessoas que estão na imprensa e nos meios de comunicação, para quem a tecnologia norte-americana e os exemplos que os Estados Unidos dão mostraram o caminho, mudando as instituições e organizações estabelecidas” (Strange, 1989: p. 167).

Parece incontestável o fato de que, em que pese a sua rejeição ao marxismo, o diagnóstico de Strange sobre a estrutura e a organização internacional do império tem mais relação com o materialismo histórico do que o que emerge da obra de H&N. Esta não é a primeira vez que um liberal rigoroso e objetivo fornece, graças ao realismo que preside sua análise, uma visão muito mais aproximada da análise marxista do que a que surge da pena de autores que se identificam com essa tradição teórica. A vibrante perspectiva que nos ofereceram Brzezinski e Strange se completa com o descamado diagnóstico efetuado por um dos mais conhecidos teóricos do neo-conservadorismo norte-americano, Samuel P. Huntington, que tampouco tem dúvidas acerca do caráter imperialista da atual ordem mundial. Sua preocupação está centrada na debili-



dade e vulnerabilidade dos Estados Unidos em sua condição de “xerife solitário”. Esta singularidade obrigou Washington a um exercício vicioso do poder internacional, e uma das consequências de tal ação pode ser a formação de uma amplíssima coalizão anti-norte-americana onde não só se encontrem a Rússia e a China, mas também, apesar de em graus diferentes, os estados europeus, o que colocaria seriamente em crise a atual ordem mundial. Para refutar aos céticos e refrescar a memória daqueles que se esqueceram do que são as relações imperialistas, convém reproduzir *in extenso* o longo rosário de iniciativas que, segundo Huntington, foram impulsionadas por Washington nos últimos anos:

“pressionar a outros países para adotarem valores e práticas norte-americanas em temas tais como direitos humanos e democracia; impedir que outros países adquiram capacidades militares que possam in-



Toni Negri e Michael Hardt, autores do livro “Imperio”. Cartel contra Chavez e montaxe de denuncia do imperialismo americano que deixan en evidencia que as cousas non cambiaron moito na eterna liorta dos pobos por se autodeterminar fronte ao dominio estranxeiro



As grandes corporacións son aliadas obxectivas da colonización e do imperialismo político

terferir na superioridade militar norteamericana; fazer que a legislação norte-americana seja aplicada em outras sociedades; qualificar outros países em função de sua adesão aos padrões norte-americanos em matéria de direitos humanos, drogas, terrorismo, proliferação nuclear e de mísseis e, agora, liberdade religiosa; aplicar sanções contra os países que não se adaptem aos padrões norte-americanos nessas matérias, promover os interesses empresariais norteamericanos com os *slogans* do comércio livre e de mercados abertos, e modelar as políticas do FMI e do BM para servir a esses mesmos interesses (...) forçar outros países a adatar políticas sociais e econômicas que beneficiem aos interesses econômicos norte-americanos; promover a venda de armas norte-americanas e impedir que outros países façam o mesmo (...) classificar certos países como “Estados párias” ou delinquentes e excluí-los das instituições globais porque se recusam a prostrar-se diante dos desejos norte-americanos” (Huntington, 1999: p. 48).

Entenda-se bem: não se trata da crítica incendiária de um mortal inimigo do imperialismo norteamericano, mas do sóbrio relato feito por um de seus mais lúcidos intelectuais orgânicos, preocupado com as tendências autodestrutivas que derivam do exercício de sua solitária hegemonia no mundo unipolar. Diante de imagens como as que se desprendem dos três autores cujas idéias apresenta-

mos, o discurso as vezes poético e as vezes metafísico de H&N se desvanece por causa de sua própria leviandade e de sua radical desconexão com o que Huntington apropriadamente denomina de responsabilidades da superpotência solitária. O que surge da análise desses autores é que a suposta “nova forma global de soberania”, que H&N resumem na palavra “império”, e que imporá uma nova lógica global de domínio, não é isso, mas uma “lógica norte-americana de domínio”. Não há dúvida de que existem organizações supranacionais e transnacionais, como também não há dúvida de que elas são uma fachada conveniente atrás da qual se oculta o interesse nacional norte-americano. É óbvio que este não existe em abstrato, nem é o interesse do povo norte-americano ou da nação. É o interesse dos grandes conglomerados empresariais que controlam como querem o governo dos Estados Unidos, o congresso, o poder judiciário, os grandes meios de comunicação de massas, as principais universidades e centros de estudo, e toda uma trama espessa que lhes permite deter uma formidável hegemonia sobre a sociedade civil. As instituições supostamente “intergovernamentais” ou internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e outras desse tipo, estão a serviço dos interesses corporativos norteamericanos. As intervenções dos Estados Unidos em diferentes regiões do globo reconhecem diversas motivações, porém nunca foram feitas, como sustentam H&N, para estabelecer o direito internacional. Neste sentido, Brzezinski não pode ter sido mais categórico ao dizer que as assim chamadas instituições supranacionais são, de fato, parte do esquema imperial, algo que é particularmente certo no caso das instituições financeiras internacionais (Brzezinski, 1998: pp. 28-29) ■

Este texto é unha reprodución do Capítulo IV do libro *Império & Imperialismo*, co título *VISÕES ALTERNATIVAS DO IMPÉRIO*